

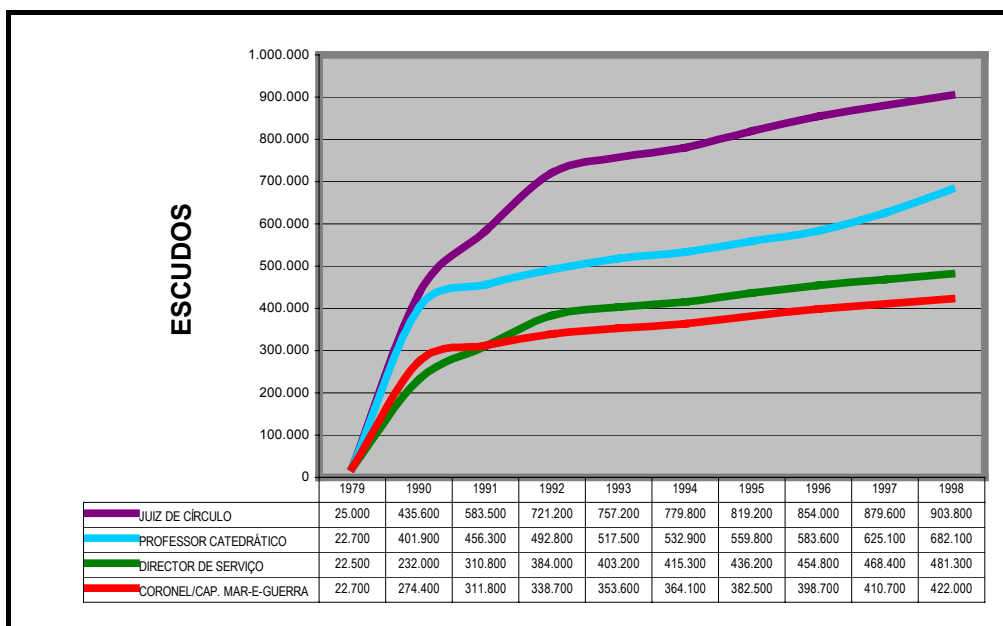
FORÇAS ARMADAS – HÁ UM FUTURO?

É necessário insistirmos em que a força militar, por conformismo inerente à sua própria natureza, não se reformará por si própria. É um assunto de Estado, o primeiro dentre todos que lhe dizem respeito.

Charles de Gaulle

Entre Junho de 1991 e Setembro de 1994, quando era ministro da Defesa do governo do Prof. Cavaco Silva o Dr. Fernando Nogueira, as Forças Armadas foram objecto de uma profunda reforma, que, entre outras vertentes, incidiu drasticamente na redução do número de oficiais e sargentos do QP. Nessa época, vivendo-se um período que hoje podemos classificar de “vacas gordas”, não se invocava, como agora, qualquer crise em curso, mas tão-só a indispensável racionalização dos meios e o necessário redimensionamento das FA. Parecia, portanto, que o poder político achava que ainda se justificava a existência de FA.

Todavia, enquanto para a opinião pública se fazia passar esta compreensível mensagem, no mesmo cenário de abundância que então se vivia, havia já alguns anos que o poder político iniciara os cortes na retribuição dos militares das FA. No quadro que se segue, comparando a evolução dos vencimentos-base de quatro categorias de servidores do Estado, poderá constatar-se como o tratamento de desfavor ia já bem lançado.



Enquanto isto se passava, a Instituição Militar tinha um comportamento sereno e os chefes militares não podiam queixar-se do ruído produzido por associações profissionais de militares (APM), porque elas ainda não existiam. A tropa estava disciplinada e muda e os chefes, provavelmente, estariam a desenvolver o melhor dos seus esforços no sentido de obter para os seus subordinados as recompensas que a mais elementar justiça impunha – isto, claro, sempre no pressuposto de que se justificava a existência de FA em Portugal. Todavia, o resultado estava à vista. No meio da maior serenidade, o estatuto retributivo dos militares continuava em queda.

Perante a mais que patente incapacidade das chefias militares para resolver o problema, foram-se afirmando as APM, as quais, obviamente, não podiam desempenhar as suas missões

nos mesmos moldes cordatos e submissos dos CEM's. Parece que ainda há quem não entenda esta verdade elementar: no preciso momento em que se constituíram as APM, ruiu uma parte substancial do prestígio dos chefes, os quais deixaram de representar os militares junto do poder político, passando a ser vistos como representantes do poder político junto dos militares. Não se questiona, evidentemente, a representatividade que mantêm no tocante às FA enquanto Instituição que cumpre missões.

A última década foi já bastante marcada pela crescente visibilidade das APM. Mas essa visibilidade tem sido, mesmo assim, de frequência muito moderada. Quer isto dizer que chegam a decorrer vários meses entre duas “campanhas” consecutivas. No intervalo dessas “campanhas”, o país e o poder político esquecem os militares. Ninguém se lembra de aproveitar esses tempos de acalmia para discutir serenamente a situação das FA, dos militares e, até – PORQUE NÃO? – se se justifica a existência das próprias FA. Ora, uma tal atitude – do governo, da sociedade, dos media – só vêm demonstrar que, em Portugal, se não se “agitar” de algum modo o cenário castrense, ninguém quer saber da sua existência. O pior é que, quando esses momentos de agitação ocorrem, a discussão que se segue não é feita sobre as **razões** da mesma, mas sim sobre a sua **forma**. Analisando este estranho fenómeno, somos obrigados a concluir que a questão já não é apenas a de “ninguém querer saber”, passando a ser também a de **não quererem que se saiba**.

Diga-se, em abono da verdade, que esta postura nem é apanágio exclusivo da sociedade civil. Também se manifesta entre número apreciável de militares. Só que, neste caso – exemplificando muito bem as contradições existentes em muitos espíritos –, mesmo entre os militares que se sentem claramente abandonados pela nação, verificamos que predominam as censuras à **forma** como as questões da retribuição são expostas na praça pública, acabando, invariavelmente, por se desligarem do debate sobre o conteúdo. Ando há vários anos à espera que algum destes devotados camaradas se digne sugerir um método que, no maior respeito pela democracia e pela melhor tradição militar, resolva o delicado problema que resulta do poder político pretender ter militares simultaneamente baratos e mansos.

Assim, não faz sentido que se critique a «mediatização» dos problemas militares, porque a ausência dessa mediatização constituiu uma das traves mestras do esquecimento a que as Forças Armadas têm sido votadas. Não faz sentido que se defenda publicamente, como há anos fez um CEM, que «aqueles que na procura da dignidade e prestígio esquecem a sua condição militar não são dignos do prestígio que pretendem alcançar», porque, manifestamente, o «esquecimento da condição militar» não foi obra desses militares mas sim do poder político, com o qual a maioria dos chefes militares têm convivido com a duvidosa «serenidade» que tanto gostam de recomendar aos seus subordinados.

Deve reconhecer-se que, relativamente às FA e aos militares, a cegueira da sociedade não é total. Aqui e além, fazem-se ouvir vozes atentas e sensíveis que descodificam muito bem os pecados que o poder político vem cometendo. E não precisamos de lançar mão de exemplos recentes, porque os problemas vêm de longe e perdem-se no tempo. Em editorial do «Expresso», de 30 de Março de 1997, escrevia, a propósito, o seu director: «Constituindo, durante décadas, um dos pilares da Pátria, a tropa tem vindo a tornar-se uma instituição periférica, inteiramente subordinada ao poder civil, aparentemente destituída de voz própria. A perda de importância dos militares é tão notória que se torna mesmo legítimo perguntar se o seu descontentamento valerá uma manchete.» Na mesma data, escrevia Diogo Pires Aurélio, no Diário de Notícias: «Salvo raras e honrosas excepções, a cultura que tem predominado entre a classe política a respeito das questões militares resume-se a dois objectivos «estratégicos»: manter em sossego as casernas; gastar com elas o estritamente necessário (...) desde que se deu o «regresso aos quartéis» as questões militares dir-se-ia terem sido reduzidas, na melhor das hipóteses, a um «mal necessário», do qual se fala apenas uma vez por ano e a título de alínea penosa e prosaicamente inscrita no Orçamento de Estado.»

Vejamos, agora, em que cenário se encontravam os militares portugueses nas vésperas da entrada em funções do governo presidido pelo 1.º ministro José Sócrates.

Como pano de fundo, dominava a questão de uma prometida reaproximação das retribuições dos militares às categorias de referência (V. Quadro). Essa promessa, nunca cumprida, fora adiantada, em 1999, pelo então ministro da Defesa Dr. Jaime Gama, curiosamente no seguimento de uma bem sucedida acção de mediatização das questões militares, levada a cabo pelas APM. Estava-se, repito, num cenário de promessa de melhoria de condições, o que equivale a dizer que o poder político reconheceu a situação de desfavor em que os militares se encontravam. Com a chegada do governo actual, entrou um novo cenário – o da crise declarada e o da necessidade de “apertar o cinto”. Este “aperto”, para haver moral, teria que ser sentido por todos. Vai daí, os militares também o iam sentir, e de que maneira.

Mas é precisamente aqui que entra em cena uma falsa questão moral, isto é, no período de “vacas gordas”, enquanto os demais engordavam, os militares emagreciam...porque sim! No período de “vacas magras”, os militares devem sujeitar-se às consequentes restrições, porque não são mais do que os restantes cidadãos!

Para agravar tudo isto – não execução da promessa de melhoria e perda de benefícios devidos à crise –, o poder político deu em não cumprir leis por ele próprio produzidas e nem aquilo que a lei estipula paga aos militares. Uma dívida de milhões de euros em diversas vertentes das retribuições, reembolsos de despesas com a saúde, subsídios de reinserção ao pessoal não permanente, etc., não parecem perturbar minimamente o poder político, tão-pouco merecendo uma reprovação que de longe se assemelhe às que são feitas à **forma** como os militares se manifestam. Resumindo, o descalabro moral que se abateu sobre os militares das FA teve, em sucessão, estas cinco fases:

1. Queda no estatuto retributivo face aos outros servidores do Estado
2. Promessa de melhoria não cumprida
3. Perda de direitos e níveis de retribuição
4. Não cumprimento de leis – dívida pecuniária
5. Recusa do direito à indignação

Uma nação que trata assim os seus militares tem de perguntar-se para que é que precisa de Forças Armadas. Se já não se coloca a necessidade de alguém **morrer pela pátria**, então deixa de se justificar a existência de Forças Armadas. Ainda recentemente, em artigo no Público de 7 de Novembro, o Dr. José Miguel Júdice falava de «tropas ociosas» e aflorava uma tese sua, segundo a qual «o Exército e a Força Aérea seriam dispensáveis, mantendo-se apenas uma guarda costeira, uma força de intervenção rápida, forças militarizadas e de segurança e meia dúzia de oficiais generais». Eis aqui uma proposta que, num esforço de boa-vontade, vamos admitir ser tão sensata como o alerta protagonizado há poucas semanas pelo general Loureiro dos Santos. Entre uma e outro, importa encontrar uma saída para este momentoso problema. O estado de desmoralização das FA fere-as de morte e torna-as impróprias para as missões que lhe estão constitucionalmente impostas. Urge, por conseguinte, acabar com esta situação imoral.

Será um exagero comparar a situação actual com a que se viveu nas vésperas do 28 de Maio de 1926. Ainda bem! O perigo está quando os alertas deixam de parecer despropositados. Nessas alturas, normalmente, já não resolvem nada.

David Martelo

Coronel Ref.º